

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

SILVA (Maria Beatriz Nizza da). (org.). *Teoria da História*. São Paulo, Cultrix, 1976. 165 p.

Desnecessário é insistir na pobreza de recursos didáticos no ensino da história em todos os níveis, mormente no superior. A completa inexistência de manuais e coletâneas de textos avulta-se, a nosso ver, como a maior das lacunas. Claro está que não se propugna aqui pela sua adoção como material central dos cursos. Por isso, a seleção de textos da Profa. Maria Beatriz Nizza da Silva, da Universidade de São Paulo, deve ser bem recebida e entendida como “apenas um ponto de partida, um núcleo central a partir do qual se estabelece um programa de leituras, e não um substitutivo das próprias obras” (p. 7).

Não se trata de obra pioneira entre nós, cabendo lembrar aqui a alentada *Teorias da História*, de Patrick Gardiner (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969. 679 p.). Esta, no entanto, tem a sua consulta minimizada devido a duas ordens de dificuldades: o alto custo, aliado ao fato de se tratar de obra importada, torna-a inacessível à grande maioria dos alunos dos cursos de História; e, em segundo lugar, a desatualização quanto aos “teóricos” da História surgidos na década de 60, particularmente na historiografia francesa, os quais compõem o quadro das principais discussões metodológicas da História em nossos dias. Aliás, cumpre notar que é bastante significativo o fato de que a presente coletânea seja lançada simultaneamente à tradução brasileira do excelente *Faire de l'Histoire* (1), o que, no mínimo, evidencia a certeza de que a ciência histórica no Brasil esteja, gradativamente, libertando-se das peias do amadorismo, face à demanda de um público carente de formulações teórico-metodológicas mais sólidas e expressivas.

A originalidade da antologia da Profa. Nizza da Silva está no critério de atualidade dos textos (e principalmente dos autores) selecionados. Na “Introdução” (p. 7/21), a autora oferece ao leitor a sua percepção da teoria da História. Levanta a problemática da opção pelos autores dos textos, justificando a escolha de cada um deles pelo que representam como percepção e tratamento da ciência histórica. Faz a apresentação dos textos, apontando suas con-

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente resenha bibliográfica (*Nota da Redação*).

(1). — LE GOFF (Jacques) & NORA (Pierre) (ed.). *Faire de l'Histoire*. Paris, Gallimard, 1974. 3 v. tradução brasileira: *História: Novos Problemas, História: Novas Abordagens e História: Novos Objetos*. trad. de Theo Santiago et alii. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1976. 3 v.

tribuições específicas para o conjunto da obra. Ademais, a autora não fez apenas a seleção. Traduziu ela própria os textos.

Na Parte I (A História no Sistema das Ciências), afasta-se da estéril discussão sobre a cientificidade da História e opta por colocar a problemática de pensar esta última no contexto das ciências nomotéticas e ideográficas (texto de Ernest Nagel) e destas com as ciências históricas do homem (texto de Jean Piaget). Em uma palavra, a problemática da epistemologia histórica.

A “Constituição do Objeto” é o tema da Parte II, na qual se inserem textos de autores cuja produção vem repensando o problema do objeto histórico na linha inaugurada por Bloch e Febvre. Neste ponto, uma quase identidade dos textos aqui encontrados com aqueles publicados no já mencionado *Faire de l'Histoire* (cf. artigos de Paul Veyne, François Furet e Pierre Chaunu).

A terceira e última parte (Questões Teóricas) apresenta cinco textos que variam de uma análise das “Teorias e Paradigmas” na perspectiva sociológica de Raymond Boudon aos “Condiçõais Contrafatuais”, propostos por Ernest Nagel, passando pela discussão dos conceitos na *New Economic History* ou história contrafactual.

CAIO CÉSAR BOSCHI.

* * *

BRIARD (Jacques). — *L'Age du Bronze en Europe barbare (des mégalithes aux Celtes)*. Coleção “Archéologie, Horizons Neufs”. Toulouse. Éditions des Hespérides. 376 pp., 226 ilustr. 208 x 165.

Os “Bárbaros” europeus, eram, para os Gregos, todos os não-Helenos, apenas respingados de pálidos reflexos das civilizações egéias, ao longo das “Rotas do ambar” rumo ao Báltico, das “Rotas do estanho” em direção às misteriosas Ilhas Cassitéridas.

Essa imagem, tradicional, acaba de se esboroar, devido ao choque das recentes datações do C14, que deixaram o mundo dos especialistas completamente estupefatos. Foi no Danúbio e 1.000 anos do Egeu, que a Europa descobriu o metal. Creta estava ainda no Neolítico, quando o ouro e a prata jorravam das *kourganes* do Cuban. Os mais velhos templos do Mediterrâneo — e do mundo — são os de Malta, 1.000 anos anteriores às Pirâmides. O famoso Stonehenge, templo do Sol e observatório astronômico, erigido sobre os trilítos sagrados muitos séculos antes de Micenas. As próprias idéias: ritos funerários novos — megalitismo, sepultura em *tholos*, incineração — ou grandes religiões — cultos solares, Deus masculino e Deus-Cervo substituem as antigas Deusas-Mães neolíticas — com sua gênese nas grandes planícies da Europa central ou nas praias atlânticas.

Majestosamente, a Idade do Bronze europeia, entre 2.000 e 700 a.C., no nosso velho continente toma forma. Desde a ereção dos primeiros *dolmens*

atlânticos ou do Languedoc —essa grande “religião megalítica” que se propaga irresistivelmente ao longo das costas, da Andaluzia à Escandinávia — o Cobre aparece, introduzido pelos povos do Machado de Combate ou pela “explosão” dos grupos campaniformes — todos esses são os problemas em debate. Os “Bárbaros” passam depressa para a Idade do Bronze, de forma ampla, como os metalurgistas de Unetice, na Boêmia, que já exportava para toda a Europa o bronze e ouro em seus navios: como os príncipes do Wessex, os potentados de Leubingen, como os guerreiros dinamarqueses. Desde logo, a “Civilização dos *tumulus*” vai cobrir as planícies danubianas, e já — a Primeira Idade do Ferro se aproxima — percebe-se as cavalgadas das primeiras vagas de Celtas. As grandes invasões começam a se esboçar; os Povos dos Campos da Urnas lançam-se sobre as regiões egéias, depois são os cavaleiros *hallstattianos*, “Hordas Reais” citas, Vilanovianos, Etruscos... A História começa.

O livro está dividido em 12 capítulos:

1. — *A descoberta do metal*. Os ídolos de Lepenski Vir e Vinça. A Idade do Cobre húngara. O problema dos Indo-europeus. O Rückstrom. As civilizações da estepe.
2. — *A eclosão mediterrânea*. Malta. Os hipogeus de Arles. “as feitorias egéias” no Ocidente. O Bronze Antigo na Andaluzia: El Argar.
3. — *O Despertar de Unetice*. Os portadores de rodets. A metalurgia: nascimento e explosão. Relações como Micenas?
4. — *As primeiras navegações atlânticas e os megalitos*. O “*tumulus*” de Barnenez. Civilizações neolíticas tardias: o S.O.M.
5. — *Os príncipes da Armórica e do Wessex*. As novas classes sociais. Os grandes menhirs. As lúnulas irlandesas. Stonehenge.
6. — *Os “tumulus” protoceltas*. A floresta de Haguenau. Cultos do sol e do fogo. Ritos e deuses do Danúbio.
7. — *Região do ambar*. As maravilhosas tumbas da Jutlândia. Caldeirões sagrados. O carro do Sol de Trundholm. Os *lurs*.
8. — *As Grandes Ilhas*. Primeiras navegações no Mediterrâneo. *Os talayots* das Baleares. A Córsega: torres e Shardanas. As *nouraghes* da Sardenha.
9. — *Pedras gravadas, estelas e estátuas-menhirs*. Os barcos escandinavos. Os cultos da fertilidade. O Val Camonica. O deus-Cervo. Monte-Bego. As últimas Deusas-Mães.
10. — *Palafitas e Campos de Urnas*. O “mito das cidades lacustres”. As migrações “lusacianas” e “celto-íliricas”. Os *fremdkulturen*. *Urnenfelder* clássicos.
11. — *As Ilhas Cassitéridas*. “Rotas do estanho” e Fenícios. A “comunidade atlântica” da Irlanda e da Ibéria. As sepulturas de incineração. O comércio do sal. Os machados-moedas.

12. — *A Primeira Idade do Ferro*. O aparecimento do ferro. "As migrações" dos cavaleiros hallstattianos. O *oppidum* do Cayla. Civilizações itálicas. Os Vilanovianos.

Como se vê o volume é extremamente interessante pelas novidades que apresenta.

E.S.P.

* * *

FINLEY (Moses I.). — *Les premiers temps de la Grèce: l'âge du bronze et l'époque archaïque*, traduit de l'anglais par François Hartog, Paris, François Maspero, 1973, 180 p.

Como já o sugere o próprio título, a proposição central da presente obra se revela no desenvolvimento de sua estrutura narrativa. A separação e descontinuidade entre o período do bronze e a época arcaica reflete-se na divisão da obra em duas partes distintas: entre a primeira — *L'âge du bronze* —, englobando os capítulos 1 a 6 (*Introduction, L'arrivée des grecs, Les îles: Les Cydes et Chypre, Les îles: La Crète, La Civilisation mycénienne, La fin de l'âge du bronze*), e a segunda — *L'époque archaïque* —, englobando os capítulos 7 a 11 (*Les siècles obscurs, Société et politique à l'époque archaïque, Sparte, Athènes, La Culture de la Grèce archaïque*) há uma ruptura decorrente da ruína da civilização micênica provocada pelas invasões que por fins do séc. XIII se generalizam pelo mundo grego e Ásia Menor. Nas palavras do próprio autor:

"La société mycénienne avait été décapitée, et les gens qui restaient étaient en train, avec l'apport nouveau que représentaient les envahisseurs, de construire un nouveau type de société. . . . La preuve qu'il s'agissait d'une société totalement nouvelle ne..." (pp. 85-86).

Tal ruptura, parece-nos, decorre das orientações seguidas pelo autor, as quais podem ser detetadas pela comparação entre as preocupações de ordem metodológica expostas no capítulo um (a periodização, o método analógico, os métodos cronológicos), e as proposições seguidas nos demais capítulos. Assim, no 2º capítulo, após criticar a identificação raça-língua-cultura o autor, para explicar a formação do complexo linguístico grego, recorre ao "mecanismo invasorista": ao discorrer sobre as evidências arqueológicas que marcam a passagem do Heládico Antigo II ao III coloca

"Normalement l'archéologie ne peut mettre un nom aux peuples ou donner un contenu aux catastrophes, mais n'est-il pas légitime, quand il s'agit de cette combinaison bien particulière de désastres, de se demander s'ils ne témoignent pas de l'arrivée,

sur une des rives de la mer Egée, d'immigrants parlant une forme ancienne de grec, ..." (p. 26);

e logo adiante, ao discutir o problema da formação do dialeto dório, afirma "Quoi qu'il en soit, quelqu'un dut bien introduire le dialecte dorien dans la Grèce, où il supplanta le "grec mycénien"..." (p. 29).

A recorrência, portanto, ao mecanismo invasorista como instância explicativa da evolução do processo cultural grego, não seria necessária caso o autor, levando avante as preocupações metodológicas do capítulo 1, aprofundasse as considerações sobre a periodização, sobretudo no que se refere à passagem da Idade do Bronze para a época arcaica, na qual predomina a utilização do ferro; em torno a essa questão se articulariam as referentes aos processos de obtenção de matéria prima (principalmente o bronze), à rede de relações culturais entre os focos de civilização orientais, o Egeu e a Europa Central e Ocidental, e ao processo de formação do complexo linguístico. Para a compreensão e resolução de tais questões a recorrência ao método analógico, recusada pelo autor no capítulo 1, é de extrema valia, uma vez que enfatiza a preocupação em analisar aquele processo cultural em termos amplos (e, portanto, em correlação com a história mesopotâmica e egípcia), e não restritos geograficamente ao Egeu.

FRANCISCO MURARI PIRES.

* * *

*

DHUODA. — *Manuel pour mon fils*. Introdução, texto crítico, notas por Pierre RICHÉ. Tradução por Bernard de Vregille e Claude Mondésert Paris. Les Éditions du Cerf. 1975. 412 pp. 100F.

Este livro é uma obra única em seu gênero. O *Manual* foi escrito em 842 por uma nobre dama, contemporânea de Lotário I e de Carlos-o-Calvo, com a intenção de servir para seu filho Guilherme que ia fazer 16 anos de idade. Afastada de Guilherme, Dhuoda redigiu e organizou para ele todo um programa de vida: deveres para com Deus e a Igreja, deveres para com seu pai e senhor, o duque Bernard da Septimânia, deveres para com o rei e os grandes, tanto na corte como no exército. Dhuoda fala com autoridade, utilizando-se de exemplos tirados da Bíblia, da liturgia, da sabedoria antiga e da vida da corte, para lhe dar conselhos os mais justos para fazer de seu filho um jovem senhor completo que tivesse em alta conta a honra e o serviço de Deus e do soberano, ao mesmo tempo que permanecesse próximo dos pequenos e amigo da compreensão e da paz. A lição jamais foi impessoal. Dhuoda se revela como uma mulher culta e modesta, terna e corajosa. Procura lembrar a

Guilherme as grandes datas da sua vida familiar e a lembrança de numerosos parentes.

Assim, o *Manual* informa ao mesmo tempo sobre a educação da sociedade carolíngia, sobre sua vida religiosa, sobre o grau de cultura e a influência que podia possuir uma esposa e uma mãe. Constitui o *Manual* um documento importante para a história da pedagogia, da família e a da piedade.

O latim de Dhuoda é muito pouco clássico. Os manuscritos do *Manual* são raros e duma delicada utilização. O Prof. Pierre Riché estabeleceu e anotou, pela primeira vez, o conjunto do texto. Os tradutores se esforçaram para torná-lo claro e atraente. É pois uma obra recomendável para os nossos estudantes universitários, que poderão dispor de um texto bilíngue (latim-francês) extremamente útil para os seus estudos.

E.S.P

* *
*

FONSECA (Fernando L.). — *O Convento de São Francisco do Conde*. Salvador. 1975, 50 págs. de texto e 20 ilustrações.

Este é o nº 4 da coleção *A Bahia e o Recôncavo* das publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho. A brochura contribui grandemente para melhor valorização do monumento histórico-religioso de São Francisco do Conde, outrora chamado "Se-gipe do Conde".

De início o autor ressalta os merecimentos dos franciscanos quanto à arquitetura religiosa baiana, dedica uma página ao padroeiro do convento, Santo Antônio, e traça o passado de São Francisco do Conde, sua gente e paróquia (p. 5-13). No resumo histórico da Custódia de Santo Antônio, ocorreu um lapso (p. 14), atribuindo-se a Frei Vicente do Salvador a transferência da Casa Capitular da Bahia para Olinda, em 1614. De fato, o convento de Olinda já figurava como sede custodial, desde 1585, ao passo que Frei Vicente, em 1614, trocou seu cargo de Guardião da Bahia pelo de Custódio de Olinda.

Ao referir a primeira tentativa de fundação do convento em São Francisco do Conde, conviria citar o documento mais antigo ainda existente de Frei Manuel da Ilha em sua *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil* (Petrópolis 1975, p. 15). Outrossim, o abandono do primeiro recolhimento deve-se, antes das razões alegadas, à proibição de novas fundações monásticas decretada pelo governo colonial (p. 16).

O antigo livro de crônica, a que o autor alude (p. 17ss), vem a ser cópia resumida e adaptada do primitivo *Livro dos Guardiães* do mesmo convento; pois obedece à mesma disposição dos livros dos guardiães de Salvador, Ipojuca e Paraiba.

Os primeiros superiores da fundação de São Francisco do Conde não eram guardiães, cabendo este título, depois de mais ou menos intalado o convento; até então havia "presidentes" (p. 44 nota 37). Na lista dos guardiães convi-

ria mencionar a lei da alternativa que mandava revezar entre superiores brasileiros e portugueses, segundo se lê nas *Atas Capitulares* e se pode comprovar no livro de óbitos, ambos citados pelo autor; pois, cada óbito indica a nacionalidade do respectivo religioso.

A decadência da Província franciscana que o autor atribui ao decreto imperial da proibição dos noviciados (1855), na realidade remonta à perseguição pombalina a partir de 1764 (p. 22). — O marceneiro citado à pág. 24 vem a ser Frei Bartolomeu Sturm, não porem Fr. Bartolomeu Scheer, o qual na pág. 27 figura como professor do seminário, como de fato o foi.

A par da crônica franciscana, interessa vivamente a arquitetura do convento (p. 30 ss), notando-se a ausência de explicações nítidas quanto à disposição original do conjunto conventual. A biblioteca não ficava sobre a sacristia, conforme hoje se verifica em Salvador, Olinda, Recife etc. A própria planta baixa (ilustração 19) deveria ser mais detalhada, indicando a capela do capítulo (8A), a sala da farinha, o Dep:ofundis (rente ao refeitório), a cozinha, a primitiva sacristia etc. (Cf. Maria do Carmo Tavares de Miranda, OS FRANCISCANOS E A FORMAÇÃO DO BRASIL, Recife, 1976 p. 97 ss) A legenda da planta poderia explicar a finalidade de cada dependência, por ser geralmente ignorada pelo público.

É de esperar que outras edições congêneres futuras ou reedições satisficam as exigências da historiografia franciscana, desde que existe abundante literatura sobre esta matéria.

FREI VENÂNCIO WILLEKE, OFM.

* * *

*

LOBO (Eulália Maria Lahmeyer). — *La Influencia de los Mercaderes en la Política Comercial y Colonial Ibérica*, in "Libro de homenaje a Luiz Alberto Sanchez en sus 40 años de docencia universitaria". Lima. Talleres Graficos P. L. Villanueva S.A., 1967, p. 261-280.

O presente trabalho apresenta interessante tópico da História Ibérica, qual seja a influência exercida pelos mercadores ibéricos na política comercial e colonial de seus países.

A terceira parte trata da "Influência dos mercadores na política comercial do século XVIII", mostrando, por um lado, a decadência dos grandes comerciantes de Sevilha e de Cádiz e a ascensão dos exportadores nas regiões prósperas e dos pequenos comerciantes nas regiões decadentes. Por outro lado analisa a situação dos comerciantes portugueses até a época da invasão napoleônica, mantendo, até então, grande controle do comércio colonial, inclusive tirando dele o maior proveito.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO.

* *

*

LOBO (Eulália Maria Lahmeyer). — *Conflict and Continuity in Brazilian History*. University of South Caroline Press. 268-296. 1969.

Num esquema preciso e bem cuidado, esta obra tem por fim estudar os elementos de continuidade e de conflito de nossa sociedade, a partir da época colonial. A sim sendo, inicia o exame da “evolução das bases sociais e econômicas da sociedade brasileira” (p. 268) pelo papel de continuidade do latifúndio na estrutura econômica e social do Brasil colonial e independente.

O século XIX é apresentado como período de ruptura potencial da sociedade aristocrática rural tradicional, tornando-se em sua segunda metade pontos de conflito, por exemplo, a libertação dos escravos, a vinda dos imigrantes e o modesto desenvolvimento industrial do país.

O fenômeno da industrialização, visto como fator preponderante da aceleração e transformação da sociedade brasileira em sociedade industrial e as fontes potenciais de conflito existentes até os nossos dias, constituem matéria do segundo capítulo, intitulado “O Brasil desde 1929”.

Na última parte, “Prescrições para o futuro”, é dado especial realce às principais correntes econômicas, esposadas por Roberto Campos, Antônio Dias Leite e Celso Furtado.

No decurso de todo o seu trabalho, a autora procura demonstrar como o elemento de continuidade e não o de conflito — este, aliás, citado em primeiro lugar no título desta obra — se apresenta como característica dominante de nossa História. E, à guisa de conclusão, utiliza-se da exposição das três correntes econômicas, por se apresentar nelas, ao menos em teoria, como ponto comum, a inclinação para resolver os problemas correntes que envolvem conflito, através de mudanças na estrutura de nossa sociedade.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO.

* *

*

RIBEIRO JUNIOR (José). — *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro*. HUCITEC, São Paulo, 1976.

Um dos problemas da produção intelectual universitária brasileira tem sido o da sua divulgação. Em inúmeras Faculdades e Institutos isolados ou ligados a Universidades, têm sido defendidas teses de Mestrado, de Doutorado ou de Livre-Docência que permanecem praticamente no anonimato, ficando apenas no conhecimento restrito de um pequeno círculo de amigos e colegas dos autores. A claudicante periodicidade das revistas universitárias e sua má distribuição também contribuem para o pequeno alcance da difusão de trabalhos importantes. Na maioria das vezes, escrita e defendida a tese,

o seu destino é a prateleira das estantes, tornando-se o seu conteúdo desconhecido do mundo intelectual com grave prejuízo para professores, alunos e o público culto em geral, pois a não divulgação do trabalho equivale quase a não ter sido escrito. Daí o esforço de levantamento de fontes e bibliografia, de interpretações e pontos de vista não serem aproveitados para obras subsequentes, quando não acontecem repetições de trabalhos paralelos. A produção editorial das unidades universitárias deixa muito a desejar e com exceção da Editora da Universidade de São Paulo, com uma produção sistemática, o eterno entrave da falta de verbas sepulta na vala comum do desconhecido o esforço da nossa produção universitária.

Ultimamente, entretanto, tem sido política de algumas editoras a publicação de teses universitárias. A importância de alguns textos e o mercado comprador que se formou há alguns anos com o crescimento quantitativo da população estudantil, levaram alguns editores a se aventurarem ao lançamento de trabalhos científicos, preservando-os assim do anonimato para benefício dos interessados nos problemas brasileiros.

Desta forma, está de parabéns a HUCITEC — Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia — que vem de editar duas teses universitárias de real valor para a historiografia brasileira. Trata-se de *A Rebelião de 1924 em São Paulo*, de Anna Maria Martinez Corrêa, e *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro*, de José Ribeiro Júnior. Com esses trabalhos, joga-se luz em dois campos do passado brasileiro, o republicano e o colonial, contribuindo para uma melhor compreensão da nossa realidade histórica.

O livro de José Ribeiro Júnior, historiador formado pela Universidade de São Paulo e trabalhando na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Filosofia de Assis, se origina de sua tese de doutoramento defendida na Universidade de São Paulo sob o título: *A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*.

A escolha do tema se deveu ao desejo do autor de mostrar o funcionamento do colonialismo português inserido no quadro maior da formação do capitalismo, da política mercantilista, da sociedade estamental e do absolutismo que formam a trama do Antigo Regime europeu e lusitano.

O instrumento de análise deste quadro foi uma companhia de comércio privilegiada cujo aparecimento e funcionamento revelam o caráter espoliador da política portuguesa em relação às suas colônias, o aparelho estatal opressor das liberdades coloniais e a acumulação primitiva de capital que se fazia na Metrópole, à custa da produção colonial, dentro do que ensinava a política mercantilista praticada por todas as nações européias.

Depois de fazer um quadro das características da política mercantilista européia e das companhias de comércio que constituíram um dos seus instrumentos, o Autor mostra que a Companhia de Pernambuco e Paraíba foi criada dentro de uma conjuntura luso-brasileira específica da segunda metade do século XVIII. Foi no reinado de D. José I (1750-1777) que a eco-

nomia portuguesa conheceu uma estagnação, em grande parte motivada pelo esgotamento das minas brasileiras. O Marquês de Pombal procurará soerguer esta economia pondo em prática, com todas as suas letras, uma política mercantilista que caracterizava a ação dos outros Estados europeus, se bem que a essa altura esse mesmo mercantilismo já estivesse sendo contestado. Reativação da agricultura comercial americana, intensificação do tráfico africano e fomento industrial na metrópole são os pontos básicos da política pombalina. "As sociedades mercantis por ações formaram na primeira linha do plano programado. Era-lhes reservada a missão de controlar e intensificar o comércio português e promover a integração e resguardo do seu império colonial. As companhias criadas para o Brasil visaram o melhor aproveitamento da colônia mais rica, como fornecedora de produtos agrícolas e como consumidora da escravaria e manufaturas nacionais". (p. 204) Realizavam assim uma drenagem de riquezas para a metrópole, propiciando a acumulação primitiva de capitais em Portugal. Assim foram criadas as Companhias do Grão Pará e Maranhão, e Pernambuco e Paraíba, para o Brasil; Companhias de Comércio Oriental e dos Mujaus e Macuas, para as colônias não americanas e as Companhias do Alto Douro e das Reais pescas do Algarve, para a metrópole. No seu projeto mercantilista, Pombal convocou todas as classes sociais do reino para que com seus cabedais realizassem os capitais sociais das companhias privilegiadas. Interessava-lhe o enriquecimento da burguesia mercantil, lucrando o Estado com os impostos arrecadados do crescimento dos negócios.

Entretanto, a melhoria econômica de Portugal deveria ser capitaneada pelos interesses metropolitanos, pois quando se anunciou a política de companhias privilegiadas, elementos coloniais demonstraram desejo de formar companhias, o que foi recusado por Pombal. Fica caracterizado o caráter colonial e espoliador da política pombalina, visando aos interesses da burguesia e da economia portuguesas.

A Companhia de Pernambuco e Paraíba foi instituída em 1759, com o prazo de duração de vinte anos, contados a partir de 1760, tendo se findado em abril de 1780. Sua administração compunha-se de uma Junta de Administração em Lisboa, uma Direção em Pernambuco, outra, no Porto, 2 administradores na Paraíba, 2 administradores em Angola. O centro principal era a Junta de Lisboa. Seu capital era de 3.400.000 de cruzados, divididos em 3.400 ações de 1.000 cruzados cada uma. O decreto régio que a instituiu dava-lhe o exclusivismo do comércio nas capitanias de Pernambuco e Paraíba e distritos adjacentes, o que significava uma área de atuação que ia do Rio São Francisco até o Rio Paraíba. Era também seu, o tráfico de escravos na região bem como o abastecimento de produtos manufaturados ou não. "Instalou-se, dessa forma, uma companhia monopolista de comércio e navegação para o nordeste brasileiro, objetivando tornar mais racional a exploração colonial, fomentando na colônia todos os gêneros que pudessem ser comercializados" (p. 98).

Em capítulo especial, o Autor mostra a circulação mercantil da Companhia que abrangia a Europa, a África e a Ásia. Do Brasil saíam açúcar, couros em cabelo, atanados, solas, drogas do sertão. Escravos vinham de Angola e da costa da Guiné. E toda a sorte de produtos manufaturados, da Europa. Pombal, visando a fomentar a indústria em Portugal, forçava o consumo pelos coloniais de produtos portugueses (tecidos, chapéus, botões, pentes, fitas) para desagrado dos brasileiros, acostumados com produtos melhores, principalmente ingleses. O transporte era feito em navios da companhia ou em arrendados. Na medida em que permitiram as fontes, toda a comercialização de importação e exportação foi transformada, pelo Autor, em tabelas, gráficos e quadros para que se visualizassem as transformações, mostrando os excedentes expropriados. “No trajeto percorrido pelo açúcar, principal produto do exclusivismo da companhia, evidencia-se todo o mecanismo de apropriação da produção colonial pelo capital mercantil europeu. Os preços da colônia eram determinados pela situação colonial, ou seja, pelo regime do exclusivismo metropolitano. Na Europa, os preços concorrenciais engendraram os superlucros. A metrópole extraía da produção açucareira um lucro de 32%, dos quais 20% eram realizados liquidamente pela sociedade mercantil. Nas praças da Europa, no entanto, esse lucro era várias vezes multiplicado. Em Londres, por exemplo, aquele percentual atingia mais de 200% em relação aos preços da colônia. Representavam a etapa de refinação e colocação do produto no mercado de consumo” (p. 206). As importações da área da Companhia beneficiavam a burguesia manufatureira portuguesa mas também todo o capitalismo industrial nascente, na medida em que a maioria dos produtos manufaturados fornecidos eram de outros países que Portugal, acumulando-se assim excedente de capital em praças como Londres, Hamburgo e Amsterdã. Apesar disto, a companhia serviu de instrumento de incentivo ao desenvolvimento fabril português como era do objetivo de Pombal. “Durante os vinte anos de seu privilégio mercantil a empresa apresentou um lucro superior a 200% do seu capital original, dos quais mais de 110% foram efetivamente distribuídos entre acionistas. Não se compara aos lucros das grandes companhias inglesas ou francesas, mas representam uma razoável renda, para a época, de mais de 5% ao ano. O benefício maior das transações da sociedade mercantil não foi auferido pelos acionistas, mas pelos funcionários da Junta e da Direção. Através de suas comissões e dos seus vantajosos negócios decorrentes de sua posição de controle, esses elementos tiveram oportunidade de acumulação de capitais” (p. 207).

O fim da companhia foi precedida pelas crises de 1770 e de 1778/1780, agravadas pela permanente má vontade dos coloniais em relação à sociedade privilegiada, desde que se recusou a eles a formação de suas próprias companhias. O mal fornecimento de produtos manufaturados com preços além de mercado, a má cotação dos produtos da terra pela companhia, a falta de créditos, a cobrança constante das dívidas, a falta de numerário, as taxas

excessivas são os componentes das constantes reclamações dos coloniais às autoridades competentes. Uma das mais constantes reclamações são contra os funcionários da Direção e da Junta que aproveitam sua posição de administradores da Companhia para se macomunarem com atacadistas fornecedores ou arrematadores dos produtos comercializados pela companhia explorando os consumidores. Quando o prazo de vigência da companhia chegou ao seu final — 1780 — outra já era também a situação política portuguesa. Com o falecimento de D. José I, Pombal foi afastado e sua política revista por D. Maria I. Um ofício da Junta Administrativa comunicava à rainha haver expirado o prazo de duração da Companhia. Nem sequer se fez menção à possibilidade estatutária de prorrogação do privilégio.

A liquidação da companhia se arrastou por muito tempo e a cobrança de suas dívidas chegou até o século XX. O saldo credor ultrapassava os mil contos de réis, e no que concerne aos devedores pernambucanos, foi sempre um assunto penoso de ser tratado, o pagamento das dívidas. “A sua cobrança que se prolongou por vários decênios, envolvendo devedores de várias camadas sociais, é um fator que não pode ser negligenciado no estudo dos movimentos insurreccionais de 1817, 1824 e da participação nordestina na abdicação, em 1831” (p. 207).

O estudo de José Ribeiro Júnior está alicerçado em pesquisa de documentos originais em arquivos portugueses e brasileiros e em bibliografia especializada. Quanto àqueles, percebe-se o seu esforço de crítica e de síntese e quanto a esta, não fica no conformismo de suas informações mas procura corrigi-las e contra argumentá-las resultando no conjunto a elaboração de um trabalho original.

Com a publicação deste trabalho, enriquece-se a historiografia colonial brasileira e dispõem os professores de um texto de base para analisar a colonização e o monopólio portugueses no nordeste brasileiro.

DIÓRES SANTOS ABREU.

* * *

*

LOBO (Eulália Maria Lahmeyer). — *As frotas do Brasil*, in “Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas”, Köln, 4; 465-488, 1967.

A autora inicia o trabalho descrevendo a gama de vicissitudes pelas quais passaram as frotas do Brasil através dos tempos, desde o século XVI ao século XIX, ou melhor, até 1801, ano em que desapareceram.

Sua importância para o comércio do nosso país foi indubitável, uma vez que, “além de atenderem às necessidades de defesa, apresentavam certa flexibilidade” e frequência.

Havia três frotas principais: do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco e uma quarta, de menor importância, a do Maranhão e Grão-Pará.

Além de frequentes, as frotas contavam bom número de embarcações. Graças a elas, a Bahia manteve intenso comércio com o Oriente — China e Índia — com a África e Portugal, em especial como grande centro distribuidor de açúcar, ouro e tabaco. O Rio de Janeiro constituía-se em importante centro de redistribuição de produtos e de mão-de-obra, enquanto Pernambuco exportava produtos agrícolas e importava escravos. Na frota do Maranhão e do Grão-Pará, organizada em 1750, predominava a exportação de drogas, cacau, café e a importação de escravos.

Resulta do exame e estudo a partir de levantamentos de fontes diversas, que, se a importância do Brasil como exportador e consumidor das novas manufaturas e dos tradicionais artigos de consumo foi crescente, as frotas não foram um entrave, mas, muito pelo contrário, elemento essencial do comércio.

A bibliografia relacionada ao assunto é apresentada em notas de rodapé.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO.

* *

*

MOYAL (Ann Mozley). — *Scientists in Nineteenth Century Australia — a documentary History* (Melbourne: Cassel Australia, 1976).

Como se desenvolve a ciência em países periféricos? Em artigo bastante conhecido, publicado em *Science* no ano de 1967, George Basalla (1) propõe uma teoria de três estágios. O primeiro, ao longo do século XIX, é o das expedições científicas aos novos continentes. É a época em que o Brasil é visitado por Humbolt, Saint Hilaire, von Martius, Spix, Darwin, Agassiz e tantos outros (2). Em um segundo momento, começa a se desenvolver a ciência colonial. E a continuação dos trabalhos de história natural, mas já agora por cientistas radicados na periferia, que trabalham em estreita dependência com os grandes centros. Finalmente, em um terceiro estágio, há o estabelecimento de instituições de pesquisa e ensino próprias, que permitem o desenvolvimento de tradições autônomas de trabalho científico.

(1). — George Basalla, "The Spread of Western Science", *Science*, 1967 (vol. 156, pp. 611-22).

(2). — Uma descrição das expedições estrangeiras no Brasil se encontra em Cândido de Mello Leitão, *História das Expedições Científicas no Brasil* (Col. Brasileira, vol. 209-1941). Existem várias outras sobre as explorações na América do Sul, inclusive o recente livro de E. J. Goodman, *The Explorers of South America* (New York, Macmillan, 1972).

Este modelo de evolução, se é de aplicação discutível para países como o Brasil (3), parece se adaptar sem dúvida à realidade da Austrália e de outros países que fizeram parte, em algum momento, do Império Britânico. Valendo-se principalmente de documentos privados, Ann Mozley Moyal, reconstrói o clima da ciência em nascimento no continente australiano, e é sem dúvida interessante comparar o que ela mostra com algo que sabemos ou intuimos sobre o Brasil.

A história começa com os trabalhos dos grandes coletores feitos sob o patrocínio da Royal Society, e que proporcionam materiais para a classificação e sistematização de espécies botânicas e zoológicas.

O padrão típico parece ser a associação entre um grande patrono, baseado em Londres, e seus auxiliares coletando materiais e remetendo-os para estudo e análise por seus superiores. É o caso de Sir Joseph Banks, que, a partir de uma exploração pioneira em 1770, se firma como o “empresário” da história natural inglesa até sua morte em 1820, e seu protegido Robert Brown, que mais tarde o sucede no controle da coleção Bankiana. É o caso de William Jackson Hooker, que leva à frente o projeto de Banks de escrever uma Flora Colonial desde Londres, com o auxílio de Ronald Gunn trabalhando na Austrália. É, finalmente, o conflito aberto que se estabelece entre Ferdinand von Mueller e George Bentham no final da década de 50, em que o primeiro, a partir de sua experiência de botânico residente, tenta impedir, sem sucesso, que o segundo escreva, sob patrocínio oficial, a *Flora Australiensis*. Apesar da aparente superioridade de Mueller, a localização privilegiada de Bentham em Londres, e seu acesso a antigas coleções, são fatores que fazem com que Mueller continue, mesmo sob protesto, a remeter materiais e a alimentar a obra daquele que realizava o projeto de sua vida.

Nesta época, já começavam a se dar na Austrália formas incipientes de organização comunitária de cientistas, como réplicas menores de instituições inglesas. A lista inclui a Victorian Institute for the Advancement of Science (1854), as Philosophical Societies de Victoria (1854), Adelaide (1853), Queensland (1859), e as Royal Societies de Victoria (1759), New South Wales (1866), South Australia (1880), Queensland (1884), e Western Australia (1914). Estas associações contribuem para manter contatos, fixar critérios de qualidade, estimular aprofundamentos e especializações. Ao final do século XIX, segundo a autora,

“A comunidade australiana de cientistas já obtido tanta maturidade e autoridade no ambiente colonial que tinha condições de influenciar na legislatura, patrocinar pesquisas e explorações científicas, estimular especializações, encorajar a educação técnica e

(3). — Ele é explicitamente rejeitado por Nancy Stepan em seu capítulo sobre a ciência brasileira no século XIX. Cf. N. Stepan, *Beginnings of Brazilian Science* (New York, Science History Publications, 1976).

científica e, com os recursos humanos formados no local ou integrados por cientistas permanentes ou temporários de além mar, delinear os contornos de uma ciência nacional” (p. 110).

Como seria de se esperar, a originalidade do meio ambiente australiano teve seu impacto na ciência do século XIX. Darwin, juntamente com Thomas H. Huxley, visita a Austrália, e sua *Origem das Espécies* tem como contrapartida a *Flora Tasmaniae* de Joseph Hooker, que dá importante contribuição para as teorias da evolução a partir da distribuição e variação espacial das plantas australianas. Da zoologia e paleontologia, surgem fatos que colocam em questão os limites supostamente claros entre as espécies, como os relativos ao sistema de reprodução dos monotremas, ou lançam dúvida sobre a unidade da criação, pela existência de toda uma linha de marsupiais fósseis sem paralelo em outras partes do mundo. Apesar de algumas exceções, no entanto, teorias de alcance e implicações tão amplas como as de Darwin tendiam a ser privilégio dos centros europeus, e levam pelo menos 25 anos para adquirirem maior aceitação na colônia.

Se a Austrália não fica na fronteira da ciência, não obstante suas instituições acadêmicas começam a se desenvolver. Ao contrário do Brasil, cujas escolas superiores tendem a ser exclusivamente profissionais até, praticamente, antes da Segunda Guerra, as Universidade de Sydney e Melbourne, criadas em meados do século XIX, tomam como modelo a nova Universidade de Londres, ao estabelecer cátedras mais científicas como as de química, física experimental, biologia e fisiologia. Estas cátedras tinham inclusive condições de atrair talentos da Inglaterra, ainda sob o domínio mais tradicional de Oxford e Cambridge.

A importância destes desenvolvimentos se revela no fato de que, em 1891, a Universidade de Melbourne já tinha condições de proporcionar títulos de medicina e cirurgia reconhecidos pelo Império Britânico. Na área de ciências físicas, no entanto, o século XIX teria evidenciado uma orientação para a qualidade científica que não resistiria às tendências profissionalizantes da primeira metade do século XX.

Fora a experiência aparentemente bem sucedida da medicina, pouco há a narrar na área de aplicações científicas e tecnológicas, a não ser o trabalho de dois pioneiros. Um, William Farrer, trabalhava no desenvolvimento do trigo, pela aplicação pioneira de noções da genética. O outro, Lawrence Hargrave, é um pioneiro da aviação, havendo inclusive a noção de que os irmãos Wright se utilizaram de seus desenhos sobre superfícies curvas de asas para seu modelo pioneiro de 1903. Ambos nascidos na Inglaterra, trabalham fora da Universidade. O primeiro tem uma contribuição importante para o desenvolvimento da agricultura na Austrália, enquanto que o segundo passa, simplesmente, a engrossar as fileiras tão disputadas dos inventores do mais pesado que o ar.

É possível que a experiência australiana, retratada por Ann Moyal, seja a exceção que confirme a regra mais geral de que o modelo de Basalla não tem aplicação mais geral. O desenvolvimento da ciência na Austrália, tanto quanto, possivelmente, o desenvolvimento da ciência dos Estados Unidos, parece terem sido casos de um transplante que acompanha, ainda que com algum atraso, o próprio traslado de contingentes populacionais da Inglaterra para outros continentes. A situação é certamente diferente em países cujas matrizes coloniais estavam há muito afastadas das principais correntes de desenvolvimento científico internacional, e que não davam, portanto, o estímulo e interesse que a ciência naturalmente recebia nestes centros. É bastante claro que este passado adquire grande significação quando, a partir principalmente da Segunda Guerra Mundial, países como Brasil e Austrália tratam de partir para a incorporação, se possível acelerada, da *big science* contemporânea.

Além das questões que levanta para a reflexão, trabalho de Ann Mozley Moyal prossegue, pela análise inteligente de cerca de 140 documentos de fontes britânicas e australianas, uma linha de trabalho iniciada antes nos Estados Unidos (4) e que certamente deveria encontrar seguidores entre nós.

SIMON SCHWARTZMAN.

* * *

LIMA (Heitor Ferreira). — *História do Pensamento Econômico no Brasil*. Coleção Brasileira, volume 360. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1976.

Uma das maneiras corretas de proceder-se à análise do pensamento econômico é considerar três de suas manifestações fundamentais, ou sejam: 1. — o ensino da economia; 2. — a produção intelectual que especificamente versa a economia e 3. — a evolução da política econômica. A abrangência desse universo permite compreender a teoria e a doutrina, sua análise, bem como sua transmissão e prática.

A perspectiva adotada pelo sr. Heitor Ferreira Lima em sua última obra foi essa, pois procura detectar os reflexos de algumas teorias econômicas na realidade brasileira, traduzindo-se portanto, como objeto de estudo, não apenas essa realidade, como também o conhecimento científico que nesse sentido foi sobre ela gerado.

A abordagem adotada pelo autor envolveu, por sua vez, uma postura preliminar, que foi a de aceitar o estudo da teoria e da prática da economia entre nós, como um capítulo da história das idéias, que se desenvolveu a partir da importação de modelos e ensinamentos de escolas estrangeiras, fal-

(4). — Nathan Reingold, *Science in Nineteenth Century America* (Hill and Wang 1964).

tando-lhe portanto originalidade, o que ainda mais se agrava, quando se verifica que mesmo como reflexo, essa importação se dá invariavelmente com acentuado retardamento.

Se não logramos produzir um pensamento econômico novo, também a utilização do pensamento alienígena nem sempre se fez com as adaptações que permitissem uma assimilação menos dolorosa e inadequada. Entretanto, é claro, que com certa boa vontade, pode-se conceder que nas últimas etapas dessa pobre história do “nosso” pensamento econômico, houve uma certa autonomização das teorias do subdesenvolvimento, que constitui possivelmente o melhor esforço para essa nunca atingida originalidade.

Bem, em todo o caso, já estava em tempo de se tentar sistematizar, numa visão global, o conhecimento de que dispomos sobre esse objeto de estudo, isto é, a realidade econômica brasileira e as idéias que sobre ela foram produzidas e armazenadas. Nesse sentido, os poucos estudos de historiografia econômica que possuímos são parciais, não compreendendo toda a evolução da economia brasileira.

Aquela tarefa o sr. Heitor Ferreira Lima cumpriu através de um certo ecletismo nos critérios que pretendiam a escolha do material, bem como a bibliografia consultada e generosamente usada como suporte do seu livro.

A soma e organização de informações que nos oferece têm naturalmente um certo alcance de utilidade para a compreensão do tema. Entretanto, nem por isso, chega a fazer um histórico sistemático — o que aliás reconhece — embora o título da obra e a observação de uma seqüência cronológica, bem como ainda o fato de privilegiar os titulares da fazenda pública, em suas — diferentes práticas econômicas, como os grandes fatores da ordem e do pensamento econômico, possam dar ao leitor a idéia aparente de que afinal acabou-se tentando, dessa maneira, acompanhar a evolução da teoria e prática entre nós.

*

Promovendo o debate científico, que transita por circuitos nem sempre do alcance da maioria da população intelectual do país, a Universidade brasileira acaba por privar essa mesma população — dentro ou fora da Universidade — de acompanhar, com a rapidez necessária, a evolução do conhecimento, com suas controvérsias e novas questões.

Isso, possivelmente, é o que ocorreu com o sr. Ferreira Lima ao escrever esta obra, pois se de um lado recolhe em suas páginas o debate sobre velhas questões da nossa historiografia econômica, como o encilhamento (pág. 131), ou então sobre controversos personagens, como Rui (pág. 135) ou Joaquim Murtinho (pág. 136), de outro não apresenta o estágio atual de problemas substantivos do nosso pensamento econômico, ou melhor dizendo do pensamento econômico no Brasil.

E verdade que muita coisa da produção acadêmica, nem publicada chegou a ser, ficando restrita aos seminários e às comunicações a reuniões científicas.

Entretanto, dessa matéria não se pode ignorar o que tem sido divulgado a respeito de questões como, por exemplo, aquelas referentes aos Tratados de Methuen (pág. 47) e de 1810 (pág. 75), à problemática da substituição das importações, ao dualismo estrutural, ao modo-de-produção colonial, ao processo de industrialização, à distribuição da renda, para citarmos apenas algumas das colocações que tem nutrido o debate.

O que reclamamos do autor, não é tanto de não ter assumido determinada posição crítica em relação a certos eventos, fundamentando convincentemente seu ponto de vista, mas sim de aceitar muitas conclusões — mais ou menos consagradas — sem contudo responder, pelo menos àqueles que não as admitem.

Dessa maneira, poderia ter recolhido o estágio atual da discussão sobre cada questão, sem prejuízo da sua posição pessoal o que daria não só um toque de atualidade à obra, como um sentido mais dinâmico a um texto que tem as idéias, como um dos seus objetos.

Voltando ao problema da produção acadêmica, outras observações críticas podem ser acrescentadas. Assim, no capítulo II do livro, ao tratar da “Evolução do pensamento econômico em Portugal”, na verdade praticamente nada acrescenta ao que a historiografia já levantou a respeito. Estudando o trabalho intelectual da Academia das Ciências de Lisboa, poderia ter registrado o fato de que há um acervo de *Memórias* não publicadas, entre as quais algumas que dizem respeito especificamente ao Brasil. O seu simples registro poderia servir de indicação ao leitor mais interessado, como também, com a mesma finalidade, poder-se-ia apontar a legislação portuguesa do século XVIII, como fonte fundamental para conhecimento e interpretação do pensamento econômico em Portugal da época. Quanto aos memorialistas, apontados como os “melhores representantes” do fisiocratismo ilustrado, em trabalho recente, ainda não publicado, Fernando Novais mostra com sutileza analítica, que se alinhavam antes como pragmáticos e cientificistas, utilizando com certa flexibilidade as fórmulas mercantilistas e tendo antes uma postura eclética que não deve ser confundida com uma adesão sistemática à fisiocracia (*).

Ao nível da bibliografia é que se ressentem também o tratamento apressado, quando não a simples omissão, como é o caso, para citarmos apenas um exemplo, do autor português Vitorino Magalhães Godinho, de grande expressão em sua história econômica, mas entretanto não utilizado na bibliografia.

No que diz respeito ao Brasil, é difícil aceitar uma História do pensamento econômico, marcada pela preocupação historiográfica, que não se detenha sobre a significação que tem nesse sentido, em nossa evolução, a obra e a ação de um autor como Celso Furtado, que aparece neste livro apenas *en passant* (págs. 81 e 171).

Nessa mesma linha de idéias, seria exigir muito, em todo o caso o registro da contribuição revisionista que vem sendo dada para a história econômica do Brasil (séculos XIX e XX), pelo grupo de economistas da Univer-

sidade Estadual de Campinas (UNICAMP): Maria Conceição Tavares, Antônio Castro, Carlos Lessa, João Manual C. Melo, Wilson Cano e Sérgio Silva, merecia ser feito, ainda que vários dos seus trabalhos não tenham sido publicados, mas largamente discutidos nos círculos acadêmicos.

Para uma obra, que pela ausência de bibliografia a respeito do tema, pode tornar-se de referência, é deplorável que chegue às mãos do leitor com passagens como aquela que se encontra na página 138, onde se afirma *ipsis litteris*:

“Não podemos tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo, por não termos as aptidões superiores da sua raça, força que representa o papel principal no seu progresso industrial”.

A despeito de esclarecer que resumiu “trechos de trabalhos alheios” (pág. 3), e ainda que não lhe pertença aquele conceito racista pois à pág. 137 é citado um trabalho de Virgílio Correa Filho que parece fundamentar o ex-certo em que está inserida a frase, é indesculpável o seu aproveitamento sem qualquer reparo crítico.

Na verdade, insistindo-se na crítica bibliográfica, verifica-se que se utilizando nem sempre direta, mas largamente de uma bibliografia, que em vários momentos está longe de ser a que melhor responde sobre cada assunto específico, o autor não tem maiores preocupações em aspar as idéias que não lhe pertencem.

Dessa maneira, embora coloque, com freqüência, as citações e registros de que se trata de resumo de um trecho alheio (págs. 12, 42, 47, 53, 102, 121 e 176), ao leitor restará a difícil e em certas passagens impossível, tarefa de distinguir qual é o pensamento do autor em relação ao dos outros escritores, bem como quando é que ela endossa ou não os conceitos que manipula.

Para evitar que se acabe dando a esta resenha o tom de um exame universitário, deixamos de lado outras observações, que eventualmente poderiam também contribuir para que o livro tivesse outro alcance.

JOSE ROBERTO DO AMARAL LAPA.

* * *

*

WEHLER (Ulrich-Hans). — *Geschichte als historische Sozialwissenschaft*. Frankfurt am Main. Suhrkamp, 1973. Edition Suhrkamp 650.

Hans-Ulrich Wehler, professor de História Contemporânea da Universidade de Bielefeld, realiza em *Geschichte als historische Sozialwissenschaft* uma excelente obra de síntese sobre principais problemas de Teoria da História.

(*). — Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo. 1972 (Mimeografado).

O livro é dividido em três capítulos, respectivamente intitulados: História e Sociologia, História e Economia e História e Psicanálise.

O primeiro capítulo começa com a afirmação de que a necessidade da colaboração interdisciplinar entre História e Sociologia é, hoje em dia, exigência geralmente aceita. Os sociólogos estão convencidos da necessidade de uma “historização da teoria” e, os historiadores, por sua vez, sentem, sempre mais, a necessidade de uma maior teoretização nas obras históricas. O autor lembra a afirmação do sociólogo alemão Ernst Topitsch, que escreveu, parafraseando Kant, “a História sem Sociologia é cega, e, a Sociologia sem História, é vazia”.

Em seguida, Wehler mostra alguns dos problemas e argumentos daqueles que se opuseram e, ainda se opõem a essa colaboração interdisciplinar, que se devia chegar a uma fusão entre História e Sociologia. Lembra ele, que a separação História e Sociologia se explica historicamente. A ciência histórica era conservadora, especialmente como ela foi entendida pelo Historismo Alemão, defendendo a ordem, a tradição e as instituições historicamente constituídas. A sociologia surgiu, então, como ciência de oposição. É interessante notar, que na Alemanha do Terceiro Reich, quase todos os eminentes sociólogos emigraram; enquanto, a maioria dos historiadores, se adaptaram ao sistema. Enfatizando a gênese histórica da separação das duas ciências, o autor não deixa incógnito as discussões sobre o “estatuto científico” da História e da Sociologia. Enquanto a Sociologia tendia mais a se alinhar ao conceito positivista de ciência, procurando estabelecer leis gerais abstratas — ciência nomotética, a História, procurando compreender o único e não repetido, defendeu o método idiográfico. O autor defende a superação da dicotomia de métodos. Outros argumentaram que a História trataria do passado, enquanto a Sociologia, do presente. Entretanto, qual é a linha divisória entre passado e presente? A Sociologia seria, então, a História do passado mais próximo? Dificilmente podemos aceitar tal diferença. Abandonando o conceito positivista de ciência, não existem argumentos convincentes, que provem a diferença entre História e Sociologia. Teorias, modelos, sistemas e estruturas sociológicas não devem ser “mistificadas” ou “absolutizadas”; não devem ser entendidas como “dogmas” e “chaves universais de compreensão”. Não que se defenda a epistemologia neokantiana, na qual somente o intelecto do historiador colocaria ordem e estrutura no caos dos fenômenos. Wehler acha que o passado tem suas estruturas independentemente do Historiador, mas são estruturas, que mudam de época para época, não existindo uma estrutura das estruturas. O Historiador, por sua vez, não deve se perder na multiplicidade dos fenômenos, na individualidade e particularidade dos acontecimentos; tampouco, deve contentar-se com a “compreensão histórica”. Esta, deve ser o início da formulação de hipóteses teóricas científicas. Pode, ele, trabalhar com teorias multidimensionais ou, até com várias teorias. Sem essa tentativa, a crítica do Sociólogo de que a História tem uma pobreza teórica, teria sua validade. Concluindo, o autor defende a opinião de que, através da “sociologização da História”

e da "historização da Sociologia", seria possível uma lenta e gradativa fusão entre História e Sociologia, formando-se uma única ciência: A História como Sociologia Histórica ou Ciência Social Histórica.

O segundo capítulo trata da História e Economia. Sendo que os três capítulos eram originalmente três artigos separados, publicados em revistas, muitos dos argumentos se repetem e, a linha do pensamento é a mesma. Não é somente na Sociologia que notamos um desenvolvimento no sentido de uma "historização"; também, a economia se historiza desfazendo-se do conceito positivista de sua ciência. Para o autor, não existem leis econômicas a-históricas, nem uma teoria econômica universalmente válida, como também não existem "leis férreas" da economia de mercado. A tendência dos cliométricos e dos que absolutizam os métodos quantitativos foram fenômenos passageiros e teorias já superadas. Como a Sociologia, que buscava leis abstratas gerais, também, a economia pura, na busca das mesmas leis, era filha da mentalidade positivista de ciência que, por sua vez, se explica a partir da Revolução Industrial, da economia de mercado e do capitalismo.

A tendência e norma a ser aceita seria, então, a de retornar à uma historização na economia. Na mesma linha de argumentação, não devemos, partindo do funcionamento da economia numa determinada pouca histórica, concluir leis econômicas abstratas tidas como universalmente válidas.

O terceiro e último capítulo, trata da História e Psicanálise.

O ensaio refere-se à discussão e à pergunta: qual seria a contribuição da psicanálise para a História? Este problema, como lembra o autor, é mais discutido nos Estados Unidos da América e na França, do que na Alemanha. Logo de início, o autor, assume a mesma atitude dos capítulos anteriores: a psicologia não dá a chave universal para a História, mas nem por isso deixa de ter o seu valor. Especialmente os resultados da psicologia social, juntamente com os da Sociologia do Conhecimento e, resultados dos esforços feitos pelos sociólogos da Escola de Frankfurt, deveriam contribuir para uma reelaboração de Biografias Históricas que, naturalmente, devem abandonar a idéia do grande homem, herói e gênio, surgido no tempo do Romantismo. Devia-se mostrar as bases existenciais e sociais das personalidades. O indivíduo, no processo da socialização, interioriza as normas, interesses e comportamentos transmitidos pelos pais, escola, educação e sociedade. Também aqui, as personalidades têm que ser apresentadas na sua dimensão histórica.

Hans-Ulrich Wehler pertence àqueles historiadores alemães, que procuram entender e explicar os processos históricos, acontecimentos e atuações históricas a partir dos condicionamentos econômicos, políticos e sociais.

Completa cada capítulo de sua obra uma ampla, quase exaustiva bibliografia, indicando as obras mais importantes em língua inglesa, alemã e francesa. A obra de 123 páginas sintéticas é de grande utilidade e interesse numa época na qual se procura definir novamente o lugar da História no sistema

das ciências, na qual se discute a cientificidade da História, se pergunta qual o Estatuto da História.

AUGUSTIN WERNET.

* *
*
*
*

SCHNEIDER (Jürgen). — *Handel und Unternehmer im französischen brasilien-geschäft 1815-1848, Versuch einer quantitativen Strukturanalyse.* Köln, Böhlau, 1975. 649 p., il. (Forschungen zur Internationalen Sozial — Und Wirtschaftsgeschichte, 9).

Vem de ser publicada na Alemanha, pela Böhlau — Verlag, Köln-Wien, tese de doutoramento do jovem Professor Jürgen Schneider, da Universidade de Erlangen-Nürnberg, onde é colaborador do Professor Hermann Kellenbenz.

Focaliza o comércio marítimo franco-brasileiro, e seus empresários, de 1815 a 1848, realizando uma análise estrutural quantitativa, com base nas séries construídas a partir sobretudo da documentação do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da França, e de outros arquivos franceses relativos aos portos, como o Havre.

Rigorosamente fundado na metodologia tradicional da boa Escola Histórica Alemã, utiliza ainda de técnicas quantitativas, com tabelas, quadros e gráficos, que tornam o seu trabalho um dos mais modernos e complexos livros de história econômica brasileira, setor do comércio exterior.

Schneider estuda a reestruturação havida no sistema comercial internacional, com as lutas franco-inglesas, a independência do Haiti e das colônias espanholas da América, traçando o quadro geral da situação do comércio exterior francês em 1815, os seus principais portos, sobretudo a ascensão do Havre, o sistema alfandegário vigente de 1815 a 1848 e, particularmente, o Tratado Comercial de 1826, quando a França pode concorrer com a Inglaterra, no Brasil, em iguais condições.

Na primeira parte do trabalho, detem-se na análise do movimento de navios e mercadorias da França com o Brasil, estudando o tráfico marítimo, as linhas de navegação, o custo dos transportes, avarias e seguros, bem como o tráfico de mercadorias, sua participação e comportamento no movimento comercial, as reais condições das trocas econômicas, as crises comerciais e sua repercussão no mercado brasileiro.

Estuda ainda os armadores, despachantes e consignatários do Havre e seus correspondentes no Brasil, verificando sua participação, regular ou esporádica, no comércio com o Brasil, além de outras praças francesas, como Paris, Nantes, Bordéus e Marselha.

Um capítulo especial é dedicado às firmas franco-suiças no comércio com o Brasil, e a importância da participação do grupo religioso protestante nesse comércio.

Na segunda parte do trabalho, analisa as condições do comércio e dos comerciantes franceses no Brasil, bem como a política comercial brasileira, segundo a correspondência consular.

É particularmente estudado o movimento do porto do Rio de Janeiro, a navegação, as exportações e importações, os comerciantes e mercadores franceses estabelecidos na praça, a concorrência. Estuda ainda os portos da Bahia e Pernambuco, São Luiz e Belem, e outros.

Verifica que, até 1830, o algodão foi o artigo de maior vulto no comércio franco-brasileiro, a partir sobretudo dos portos de Salvador e Recife, com destino ao Havre. Mais tarde, o porto do Rio de Janeiro também prosperou nesse comércio, tornando-se porto de retorno, com a exportação de café.

Marselha, por sua vez, defendeu bem sua posição no comércio com o Brasil, importando especialmente couros.

As dificuldades das exportações brasileiras de açúcar e café, em virtude da concorrência de produtos de outras regiões e da própria política alfandegária francesa, fizeram com que os comerciantes franceses, no Brasil, recorressem a sub-produtos. Deve porem ser ressaltada a posição do porto de Belem, com as exportações de cacau, sem concorrência das colônias francesas.

De outro lado, a França soube tirar partido das suas possibilidades alternativas, oferecendo qualidade e não quantidade, não entrando assim em concorrência direta com a Inglaterra. Manobrou com o comércio varejista, preenchendo as lacunas do mercado aquisitivo, com produtos selecionados.

Um capítulo importante é dedicado à análise estrutural das exportações brasileiras 1844/45, segundo o relatório do Conde Auguste Van der Straten-Ponthoz, vistas as grandes rotas de navegação, as importações e exportações, o sistema monetário brasileiro, problemas de balança comercial e câmbio.

A conclusão de Schneider, após a análise serial da navegação e comércio da França, da navegação e comércio do Brasil, é a de que faltou dinamismo no comércio francês com o Brasil, em virtude das discriminações aduaneiras que sofriam produtos brasileiros na França, razão pela qual o Brasil voltou-se para a exportação de café para os Estados Unidos e outros países que não tinham colônias.

CECILIA MARIA WESTPHALEN.

* *

*

REBELLO (Edgardo de Castro). — *Mauá & outros estudos*. Introdução de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro, São José, 1975. 349 p.

A edição desta obra foi financiada por um grupo de amigos, admiradores e discípulos de Edgardo de Castro Rebello, permitindo chegar ao conhecimen-

to do público especializado uma das mais lúcidas vocações de historiador da primeira metade do século XX.

A apresentação da obra, que é uma coletânea de artigos e livros de pequena circulação quando de sua primeira publicação, é uma grande colaboração para o conhecimento e desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil.

Edgardo de Castro Rebello foi professor da Faculdade Nacional de Direito, atualmente Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nasceu em 1884 e faleceu em 1970. Durante sua longa carreira ajudou na criação da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal em 1935, sendo professor e diretor.

Contem a obra na primeira e segunda partes dois estudos sobre Mauá, o primeiro de 1931 e o segundo de 1942, em que o autor exercita a crítica histórica, a partir das obras de Alberto de Faria, Lídia Besouchet e Cláudio Ganns, comparando-os com as fontes.

Na terceira parte encontramos dois estudos profundos: o primeiro sobre a administração pública no Brasil, e o segundo sobre a obra de Cáo Prado Junior, *Formação do Brasil contemporâneo*. Em ambos percebe-se a longa reflexão metodológica, a formação crítica de historiador e o conhecimento soberbo das fontes.

Alem deles, há outros: resposta a um inquérito sobre os livros fundamentais; um artigo sobre Henri Pirenne e a tortura através da História; artigo sobre as inscrições lapidares na igreja da Vitória; e artigos sobre Nabuco, Capistrano de Abreu (dois), Pedro Lessa, e uma análise literária de *A cidade e as serras*.

Na quarta parte estão reunidos artigos diversos versando sobre Enrico Fermi, Ingenieros, e problemas de organização sindical.

Para nós, historiadores mais jovens, a descoberta da existência de um pensador do calibre de Castro Rebello é uma descoberta auspiciosa, enriquecendo nosso acervo historiográfico.

Após a leitura de suas obras sentimo-nos obrigados a reconhecer que o historiador não depende de formação profissional, mas sim da formação intelectual, pois Castro Rebello foi um brilhante historiador, cuja obra deve ser de conhecimento obrigatório.

Alem disso, a descoberta de um historiador que estava perdido nos períodos culturais da época levanta em nós suspeitas: quantos outros autores de nível analítico profundo, quantos outros artigos brilhantes estão perdidos? Quando será possível fazer-se o levantamento da produção cultural brasileira para uma melhor compreensão de nossa formação?

RAQUEL GLEZER.

* * *

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, sob a direção de Boris Fausto. Colaboradores: Fernando Henrique Cardoso, Joseph Love, John Wirth, Robert Levine, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Boris Fausto, Warren Dean, Maria Lígia Coelho Prado, Maria Helena Rolim Capelato, José C. Gnacarini, Paul Singer, Francisco de Oliveira. (período republicano). — III. O BRASIL REPUBLICANO — 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). — DIFEL/Difusão Européia do Livro, São Paulo 1975, 420 p.

A passagem da direção da *História Geral da Civilização Brasileira* das mãos de Sérgio Buarque de Holanda, coadjuvado por Pedro Moacyr Campos, para as mãos de Boris Fausto, responsável pelo período republicano, não provocou solução de continuidade na qualidade do nível dos volumes precedentes nem na orientação geral de se assegurar um largo espectro de opiniões e métodos de abordagem.

Boris Fausto ressalta em sua introdução que “a História da Primeira República saiu nos últimos seis ou sete anos do domínio do desconhecido para a condição de campo privilegiado”, dizendo que saímos dos dois extremos em que se perdia nossa abordagem histórica: ou o tratamento episódico dos acontecimentos e personagens ou então a ampla generalização a partir de um esquema que ligava mecanicamente a infra-estrutura econômica que já se supunha conhecida e as contradições de classe. Mostra também que persistem alguns limites em nossa historiografia do período, “presos que estamos em grande medida ao domínio do qualitativo e do impressionista, na impossibilidade de integrar a este domínio uma investigação de padrão científico mais rigoroso”. Acrescente-se a isto que pouco ainda se tocou no estudo do cultural e do afetivo.

Assinala finalmente que em alguns pontos conseguiu-se um progresso significativo, como na análise da instituição militar, do papel do tenetismo, do padrão autoritário político-cultural, vigente em qualquer das correntes do espectro político da época.

O volume divide-se em duas partes: no livro primeiro aborda-se a constituição do sistema oligárquico nos primeiros anos da República. Seu mérito reside na bem arejada exposição de Fernando Henrique Cardoso, estimulante nas hipóteses que propõe sobre o poder militar e sobre a passagem das rédeas do Estado para os civis da oligarquia paulista do café com os seus aliados nos outros estados. O lugar comum de que na república velha imperou a política dos governadores, baseada na aliança “café com leite” de Minas e São Paulo, recebe um tratamento extremamente interessante através da análise regional do poder dos estados e de suas relações mútuas. Além de São Paulo e Minas, em que este último entra cada vez como dependente, aliado e cliente do poder central, trata Joseph Love do Rio Grande do Sul como fator de instabilidade da República Velha pela presença de dois partidos sólidos e a tradicional aproximação e envolvimento entre militares e

políticos. O estudo sobre Pernambuco de Robert Levine mostra, no caso desta unidade da Federação, o declínio político do Nordeste e sua incapacidade de romper a hegemonia do sul.

A inserção da contribuição de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o fenômeno do coronelismo encerra o primeiro livro. Com uma excelente pesquisa sobre os grupos de parentela, como base inicial do coronelismo e dos bens de fortuna como seu fundamento, ela traz um esboço daquele espectro cultural tão necessário na interpretação inclusive dos fatos econômicos e políticos. Ficamos esperando de Maria Isaura uma contribuição na linha do seu estudo sobre o messianismo como fator político e da ligação deste com a estrutura tradicional do coronelismo, como no caso do pe. Cícero do Joazeiro ou ainda nos episódios do Contestado e de Canudos. Isto teria enriquecido sobremaneira com fatores de outra ordem esta abordagem sociológica do coronelismo.

No segundo livro, cada um dos produtos econômicos principais de nossa pauta de exportações, o café, a borracha e o açúcar recebem um tratamento especial. Warren Dean completa o quadro com o seu trabalho sobre a industrialização da República Velha. Dois estudos mais teóricos, o de Paul Singer sobre o Brasil no contexto do Capitalismo Internacional e o de Francisco de Oliveira sobre "A emergência do modo de produção de mercadorias — uma interpretação teórica da República Velha no Brasil", encerram o segundo livro.

O principal mérito do conjunto consiste em tratar com afincos alguns pontos que se revelam cruciais na formação econômica, política e social do país, evitando de perder-se a análise numa floresta de detalhes e dados sem nexos entre si. Mérito não menor, consistiu em intercalar alguns estudos que representam antes de tudo um esforço teórico de compreensão do período. Estão neste nível os de Paul Singer e o de Francisco de Oliveira. Por isto mesmo contrasta fortemente no estudo de Singer a preocupação teórica, com a longa exemplificação em que o autor despende 12 páginas a ilustrar as aventuras do capital americano no Brasil, através de lances biográficos de Percival Farquhar.

Há contribuições que primam pela clareza dos conceitos teóricos e pela discussão das várias correntes de interpretação do mesmo fenômeno dentro da historiografia brasileira, enquanto outras não denotam a mesma firmeza nem no manejo dos conceitos nem na capacidade de discutir e cotejar outros pontos de vista. Neste sentido é nítida a diferença entre a brilhante análise de Boris Fausto em "Expansão do café e política cafeeira" e a apenas modesta contribuição do estudo sobre a borracha.

Há ainda os que, querendo levar longe demais o esforço de teorização, aproximam-se da especiosidade confusa como neste trecho: "Esta relação de verdadeira parceria agrícola aproximava-se assim muito mais da verdadeira renda capitalista do solo que as demais formas de renda-trabalho, quer a forma propriamente dita, quer as suas variantes, a renda-produto e a renda-dinheiro, a despeito de manter o fundamental de toda forma primitiva de

renda fundiária, a saber, o não regular-se pelo mercado, e consequentemente a importância fundamental da produção de auto-subsistência, não submetida à divisão capitalista do trabalho e, de consequência, à natureza da mercadoria, na determinação do trabalho-sobrante" (p. 325). Em outros momentos, como na página 328, Gnaccarini resvala para outras proposituras deste tipo, atravancando a leitura de sua pesquisa sobre a economia do açúcar, por outros títulos excelentes.

Assinalamos ainda alguns cochilos para que possam ser corrigidos numa segunda edição da obra. À p. 17, dá-se para o ano de 1872, a seguinte distribuição entre população livre e escrava: 94,5% para a primeira num total de 8.419.672 habitantes e 5,5% para a segunda num total de 1.510.806 escravos. Há manifestamente um erro nas porcentagens que deveriam ser de 84,8% para a população livre e de 15,2% para a população escrava.

O sobrenome de José C. Gnaccarini está grafado com um único c na página de rosto do livro e com dois c, Gnaccarini, à p. 309.

Na utilização das séries históricas do comércio exterior brasileiro, há uma tabela à p. 209 que entra sem nenhum título indicativo e sem nenhuma referência às fontes de onde foi extraída. Até aí nada de mais grave, se a mesma tabela não fosse retomada num estudo posterior à p. 355, devidamente titulada e com as referências às fontes e, se entre as duas não houvesse discrepâncias. Por exemplo, para as séries da década que vai de 1901 a 1910, os valores para os diferentes produtos de exportação são os seguintes: (entre parênteses os valores para a tabela da p. 299) — café, 52,7% (51,3); açúcar, 1,9% (1,1); borracha, 25,7% (28,22). O engano poderia residir no fato de que na tabela da p. 299 se poderia ter efetuado os cálculos não sobre 10 anos de 1901 a 1910, mas sim sobre 11 anos (1900-1910) como consta de fato na relação dos anos. Neste caso, porém, o "imbroglio" seria ainda maior pois a década anterior está corretamente assinalada 1891-1900. Nesta hipótese o ano de 1900 teria entrado duas vezes no cálculo. Cabe aos autores explicarem se houve confusão no estabelecimento das décadas, se houve erro nos cálculos e ainda se as fontes utilizadas foram as mesmos que as apontadas no estudo de Singer, à p. 355.

Lamentamos finalmente que num estudo bastante vasto, de 420 páginas sobre a economia da República Velha, não fosse dedicado nenhum capítulo às diversas formas de economia de subsistência em que estava inserido o segmento talvez mais numeroso da população brasileira. Toda a economia do gado, tão fundamental na vida do Nordeste, da Bahia, de Minas e de outras unidades da federação recebe apenas uma discreta referência quando se trata da carne no Rio Grande do Sul e da instalação dos primeiros frigoríficos estrangeiros. Não estaremos obscurecidos pela perspectiva da reinserção do país no fluxo do comércio internacional, contando apenas como história aquele segmento do país penetrado pelos capitais estrangeiros e produzindo para a exportação? Porque nenhuma palavra sobre a mandioca, milho, os caprinos, cuja

história econômica e social está ainda à espera da atenção de nossos estudiosos juntamente com a história da grande massa anônima de brasileiros que a estes produtos ligaram sua sobrevivência e seu destino?

JOSÉ OSCAR BEOZZO.

* *

*

ROSA (Carlos) e ROSA (Neuza). — *Do indivíduo ao grupo (para uma história do livro em Cuiabá)*. Cuiabá, ed. dos autores, 1975. 57 f.

Essa publicação mato-grossense possui uma apresentação gráfica muito original: são folhas separadas, cada uma com seu conteúdo e ilustrações, onde as notas de rodapé foram colocadas no verso da folha, guardadas em pasta.

Propõem-na os autores como uma tentativa de estudar o universo cultural cuiabano através do enfoque a um tema específico, o livro.

O estudo compõe-se de duas unidades. A primeira, dedicada ao século XVIII, tem por título — *A biblioteca do cronista* e preocupa-se com a introdução de livros na região das minas de Cuabá e com a biblioteca do primeiro cronista de Mato Grosso, José Barbosa de Sá, composta de 131 volumes, que foram adquiridos por Joaquim da Costa Siqueira, que infelizmente dispersou o acervo, pois à sua morte, em 1821, possuía apenas 16 volumes.

A segunda parte, que trata do século XIX, denominada — *Do oficial ao particular*, estuda a formação do Gabinete de Leitura em 1870, instituição de vida breve. Em 1880 o Liceu Cuiabano recebeu o acervo, que em 1906 foi destruído. Simultaneamente, a iniciativa particular formou a Associação Literária Cuiabana, em 1884, onde reuniam-se os abolicionistas e artistas, que soçobrou no início do período republicano, doando seu acervo ao Centro Matogrossense de Letras, em 1924.

A importância desta obra, a primeira sobre o assunto específico do livro em Cuiabá, deve ser destacada, não só pelo seu pioneirismo, como também por suas qualidades.

Apesar do pequeno volume percebe-se que houve cuidadosa pesquisa histórica, rigorosa preocupação em fundamentar-se na documentação, e, uma atitude clara e consciente diante do objeto de estudo. Como contribuição ao estudo da formação cultural cuiabana é uma obra fundamental de consulta obrigatória aos historiadores especializados em história regional, e, um lançamento de proposições sobre formação da cultura brasileira a todos os historiadores especializados em Brasil.

RAQUEL GLEZER.

* *

*

REVISTA BRASILEIRA, Rio de Janeiro, 4ª fase, 1, 1, out.-nov.-dez. 1975. 359 p.

Após uma longa ausência reapareceu a prestigiosa publicação da Academia Brasileira de Letras — a *Revista Brasileira*, de longa e honrada tradição em nossa vida intelectual.

Em sua fase anterior, dirigida por Levi Carneiro, dedicava-se exclusivamente à publicação de autores não pertencentes à Academia, orientação esta que foi alterada após sua morte, constando do Regimento Interno da Instituição mantenedora.

Na nova fase, à qual desejamos longa vida, a direção cabe a Josué Montello, que tantas iniciativas culturais dirigiu com êxito.

Este primeiro número da *Revista* é dedicada à memória de Marques Rebelo, contendo uma antologia dele; os discursos na posse na Academia; julgamentos críticos sobre sua obra; um capítulo especial, denominado *In Memoriam* onde estão publicadas manifestações dos acadêmicos sobre ele, realizadas na sessão imediatamente posterior ao seu falecimento.

Alem disso, há também colaborações especiais como a de Josué Montello sobre Perez Galdós; a de Octávio de Faria sobre Carlos Nejar e a de Sigurd Schmidt sobre Aluísio de Azevedo.

Esperamos que a *Revista* em seus próximos números mantenha o alto nível das colaborações apresentadas, continuando com conteúdo variado e retornando assim ao seu lugar, entre os mais prestigiosos periódicos brasileiros de cultura.

RAQUEL GLEZER.

* * *

MAURO (Frédéric). — *L'Amérique espagnole et portugaise de 1920 à nos jours*. Presses Universitaires de France. Collection Sup. Section l'historien n° 24, 1975, 232 págs. (13,5 x 21 cms.).

Frédéric Mauro, professor da Universidade de Paris X e do Instituto de Altos Estudos da América Latina, oferece-nos uma nova obra, na qual história meio século dos caminhos vividos pelas populações das terras ao sul do Rio Grande que um dia estiveram sob domínio ibérico, sendo este fato, segundo ele, o único denominador comum entre os dois mundos uma vez separados pela linha de Tordesilhas. Mauro lembra na *Introduction générale* que para o europeu habituado a certas associações de idéias, as Américas latinas são plenas de ambiguidades: o latino-americano é latino, americano, europeu ou índio? México e Argentina são desenvolvidos? O Brasil é o gigante do ano 2.000 ou o monstro de pés de argila? o populismo é um regime de esquerda ou de direita?

Na introdução à Primeira Parte, *Les ambiguïtés de l'homme américain*, Mauro afirma que a velha e singular herança da América apresenta, após a primeira guerra mundial, um novo semblante, face ao qual os especialistas vacilam em se manifestar. O capítulo primeiro, *Révolution de l'espace et ambiguïtés géographiques*, é dedicado ao estudo da revolução nos transportes e às novas consequências decorrentes dos aspectos topográficos, climáticos e demográficos, sendo este último tema melhor desenvolvido em *Les ambiguïtés démographiques*, onde o Autor detem-se nos componentes do crescimento, estudando neste item as migrações, a diminuição da mortalidade e o impulso na natalidade, detendo-se depois nas variações regionais e no que chama "atitudes perante a vida", isto é, debates a respeito da questão demográfica. A terceira divisão da primeira parte da obra, *Les ambiguïtés ethniques*, analisa as proporções de habitantes de diferentes origens, as contribuições culturais de negros, índios e brancos, a mestiçagem e as migrações internas e externas. No quarto capítulo, *Les ambiguïtés psychologiques*, o Autor discorre sobre o problema da identidade do latino-americano, a sua afetividade, os elementos intelectuais e a família.

A Segunda Parte do livro pretende discutir o que o Autor denomina *Les ambiguïtés de l'économie latino-américaine*, e o assunto de *Les ressources naturelles: richesse ou pauvreté* remete-nos a uma análise do solo e do subsolo. O ponto seguinte, *L'héritage: "féodalisme" ou "capitalisme"?*, traz uma análise da dicotomia sugerida no título e na realidade intermediária. O próximo capítulo, *"Industrialisation ou poussées industrielles"?* estuda os dois processos: até 1929, a industrialização ligada à expansão das exportações e, após, à substituição de importações; analisa também as indústrias ditas dinâmicas, têxtil, química, metalúrgica, mecânica, para depois ater-se ao setor energético, aludindo então ao petróleo e ao gás natural, e à energia elétrica. Em *"La réforme agraire: une exigence de l'industrialisation?"*, o historiador francês se pergunta: as estruturas tradicionais são um freio ao desenvolvimento? As reformas realizadas ou em curso: revés ou sucesso? O capítulo V, *"Les maux du développement: la dépendance"*, trata da evolução da dependência após 1920, da sujeição financeira, das multinacionais, da dependência tecnológica, do papel das organizações internacionais e interamericanas, e da socialização. Depois, *"Les maux du développement: l'inflation"* esclarece a respeito da distribuição, causas e consequências da inflação latino-americana.

"Révolution, involution, réforme, cristallisation: les ambiguïtés des politiques latino-américaines", terceira parte do livro, estuda no seu item segundo do primeiro capítulo o caso brasileiro. Os três capítulos restantes analisam respectivamente os populismos, a Igreja, o Exército e a Universidade, e a política estrangeira da América Latina.

A quarta e última parte intitula-se *"Les équivoques de la culture"* e nela o Autor apresenta sua interpretação a respeito da língua, dos costumes, das ambiguidades da literatura, da educação, da ciência e das artes, e da filosofia e da religião.

Na Conclusão Geral, Frédéric Mauro adverte contra as várias tentações que sofre o historiador, como a de explicar as ambiguidades umas pelas outras ou explicar a América Latina através do que não é a América, isto é, os EUA e, finalmente, a tentação prospectiva. Em meio a tantas ambiguidades, é com conforto que constatamos que a obra do historiador francês oferece uma visão congruente que pode ser útil aos estranhos interessados na história da América Latina nos tempos atuais.

JULIO CESAR ASSIS KÜHL.

*

* *

LAFETÁ (João Luiz). — *1930: a Crítica e o Modernismo*. São Paulo. Livraria Duas Cidades. 1974, 213 p..

Como tese de Mestrado, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, o jovem mineiro João Luiz Lafetá apresentou *1930: a Crítica e o Modernismo*. Por ela se vê que o autor fará carreira acadêmica com produções de altitude, pois como tese de Mestrado já assina monografia com nível que poucas teses de doutoramento, livre-docência ou mesmo de professor titular têm. Louve-se no livro, agora ao alcance de todos os estudiosos, o tema, bem com a forma superior de abordagem, reveladora de pesquisa extensa, metodologia severa e clara visão do problema literário. O autor não adota linguagem rebarbativa, de pretensão científicismo, nem faz alardes de processos, como é comum em teses de literatura (ou de ciências sociais em geral). Trabalha com rigor, usa a linguagem devida, sem concessões de qualquer espécie — à sofisticação ou à simplicidade de divulgador. Mantem o livro sempre no ponto exato, com colocações justas e resultados apreciáveis.

João Luiz Lafetá estuda a crítica do modernismo já no período de amadurecimento, a contar de trinta, passada a fase de guerra. Para ilustrar o que pretende, escolhe quatro autores: Agripino Grieco, Tristão de Ataíde, Mário de Andrade e Otávio de Faria. Os nomes são expressivos, pois os três primeiros foram críticos profissionais: Agripino, antes, pretendeu ser poeta e ficcionista; Tristão não teve incursões nesses gêneros, insistindo antes como autor de obras de Ciência Social e crítico de idéias e acontecimentos de seu tempo; Mário, além da atividade estudada aqui, foi poeta e ficcionista de primeira grandeza; Otávio, mais jovem, fez crítica em revistas e jornais, escreveu livros e veio a ter projeção como ficcionista.

O autor concede aos quatro escolhidos diferente espaço: quase trinta páginas a Agripino Grieco, cerca de cinquenta a Tristão de Ataíde, de sessenta a Mário de Andrade e menos de vinte a Otávio de Faria, em proporção com a importância que atribui a cada um. O livro começa, como ordena a lógica, com "os pressupostos básicos", mostrando o projeto estético e ideológico do modernismo, da "fase heroica" aos anos trinta, vanguarda e diluição, a crí-

tica do decênio. Como escreve: “a ‘boa’ crítica será, para nós, aquela que mais se aproxime da consciência da linguagem, aquela que melhor perceba a literatura enquanto literatura” (p. 24). Daí, “a rotinização e o desenvolvimento do ideário modernista, sua diluição e as relações que isso mantem com os problemas políticos e sociais do momento” (p. 25).

É interessante acompanhar, depois, como os diferentes autores se comportam ante esses pressupostos. E tem-se como Agripino Grieco é o crítico que não tem qualquer método, satisfazendo-se com jogos verbais, comentários humorísticos, sem penetrar na essência da obra literária, sempre com superficialidade que é disfarçada por algum brilho e certos enfoques raramente profundos: faz “bricolagem, retratos e conversas”, não mais, impressionista e eclético, alienado da verdadeira literatura ou dos problemas de sua época. Em síntese, “o mais autêntico representante do jornalismo literário” (p. 32).

Já Tristão de Ataíde tem outra envergadura e apresenta método. Pena que o atraíssem mais outros aspectos, logo no início da carreira, com a conversão ao catolicismo, quando se mostra mais interessado em idéias gerais e na defesa de uma doutrina. Vira quase pregador, subjugando a literatura a uma ideologia que é reacionária nos anos trinta. A trajetória desse escritor, aliás, é fascinante e se constitui em tema para a história da inteligência brasileira neste século, com seu começo esteticista, de alta formação e bom gosto, depois com o apostolado católico de feição direitista, para depois, sobretudo a contar da última década, enveredar por uma visão aberta do catolicismo, que se poderia chamar de esquerdista. Na verdade, foi sempre um liberal, apenas ofuscado pela necessidade apologética de certo período.

O autor preferido no livro é Mário de Andrade, em perspectiva muito exata. Agrada-nos ler que “deixou a obra mais fecunda de sua geração” (p. 169). É de fato o grande crítico, que se completa e se explica nas realizações de artista — poesia e ficção. O conflito entre o projeto estético e ideológico é nele que antige a plenitude, como se vê na criação ou nos ensaios críticos ou artigo semanal de jornais. Sua trajetória intelectual e humana é das mais admiráveis — se não a mais — da história intelectual do Brasil, pelo que revela de lucidez, sensibilidade, engajamento, coragem, luta individual entre suas tendências e com meio, em busca de expressão.

Já Otávio de Faria representa mesmo “a volta do velho”, com uma teoria do romance que não é melhor, reação ao modernismo e à vida que leva a resultados raras vezes felizes. É também uma carreira digna de atenção, pela intensidade com que é vivida e pelas posições abraçadas de modo passional e até violento.

Assiste-se, pois, à passagem da preocupação com a linguagem, que chega ao radicalismo nos anos vinte, à diluição da pesquisa e a certo convencionalismo na década seguinte. Justa a crítica do autor aos romancistas do Nordeste, que “deixam entrever a pequena audácia e a curta modernidade de seus esquemas” (p. 22), ou o abandono do estético pelo político, pela falta de encontro de fórmula de equilíbrio (Mário de Andrade e só alguns outros a encontram). O

livro decorre sob esse conflito, como se explicita na parte final: “a tensão entre o que chamamos ‘projeto estético’ (a consciência da linguagem e a ruptura com as formas tradicionais de representação literária) e o que denominamos ‘projeto ideológico’ (a proposição de participar socialmente através da literatura) foi o fulcro de nosso trabalho” (p. 194).

A realização é bem sucedida. É um prazer para o leitor comum o encontro desse livro que tem alta elaboração literária (fiquem de lado certos descuidos de forma, sem importância no conjunto), revela firmeza de consciência artística e de sentido sociológico, sem apelar para fórmulas esotéricas, como é frequente na crítica universitária de hoje: percebe-se que o autor conhece os métodos mais modernos, usa-os na medida do necessário, mas retira os andaimes e apresenta o fruto de sua análise e reflexão. Não se detém — ou melhor, não se compraz — no método, como é comum em certo deslumbramento meio ingênuo da crítica literária ou da ciência social, que traduz apenas mimetismo de um pretenso rigor científico, que se acreditava ver nas impropriamente chamadas “ciências exatas”. Daí o acento de obra madura e densa e que não é para ser lida só por iniciados. Não há dúvida que o livro de João Luiz Lafetá é a revelação de um crítico. É um ensaísta que se impõe, pela firmeza e rigor da análise, pela consciência da literatura e da vida social. Ou, para falar com seus termos, pela adequação do projeto estético ao projeto ideológico, aqui tão bem realizado.

FRANCISCO IGLESIAS.

* * *

Ensayos de filosofía de la ciencia en torno a la obra de Sir Karl R. Popper.
Madrid, Editorial Tecnos (1970). 241 p.

Este livro é uma coletânea de trabalhos apresentados no Simpósio sobre Filosofia da Ciência, realizado em Burgos, entre 23 e 25 de setembro de 1968, em homenagem à Karl R. Popper.

A finalidade do simpósio era a de permitir a discussão das idéias de Popper, as interpretações complementares e críticas feitas por diversos autores à essas idéias.

A apresentação do livro escolhida foi a de publicar um artigo e o debate gravado sobre o artigo do autor com Popper e os outros participantes.

Os temas discutidos foram:

“O princípio de simetria como origem de uma realidade matematicamente estruturada”, de Norman Barraclough;

“Sobre as ciências de “complexos””, de Victor Sánchez de Zavala;

“Gnoseologia, epistemologia e o critério de falsificação ou refutabilidade”, de Manuel Albendea;

“Marxismo e historicismo (notas críticas à Karl R. Popper)”, de José Rodríguez;
“O método empírico e o conhecimento econômico”, de Luis Angel Rojo;
“O individualismo metodológico e os historiadores”, de Pedro Schwartz;
“O princípio de indução e o critério de refutabilidade de Popper”, de Miguel Boyer;
“Três fronteiras da ciência (sobre as relações entre o critério de demarcação científica e o critério empirista de significado)”, de Javier Muguerza;
“Sobre a teoria da inteligência objetiva”, de Karl R. Popper.

A leitura dos diversos artigos permite a elucidação das proposições de Popper e as oposições possíveis as suas idéias.

A maior parte dos artigos discute as posições de Popper na filosofia da ciência e na lógica. De especial interesse para os historiadores são os três artigos em que se discute as concepções de história e que são: “marxismo e historicismo”, “o método empírico e o conhecimento econômico” e “o individualismo metodológico e os historiadores”. Neles estão as principais críticas possíveis à confusão que Popper sistematicamente faz colocando o marxismo dentro do historicismo e negando a possibilidade de um método comum a vários historiadores. Infelizmente, esses artigos não estão acompanhados dos debates, pois segundo os editores houve defeito na gravação, o que não permitiu sua utilização. Assim, não ficamos sabendo como o autor citado defende sua concepção de história e de trabalho histórico.

De modo geral, em um momento que se reeditam as obras de Popper, uma consulta a esse volume torna-se fundamental, para maior compreensão do alcance das idéias lançadas por ele.

RAQUEL GLEZER.

* * *

CUNHA (Euclides Rodrigues Pimenta da). — *Um Paraíso Perdido: reunião dos ensaios amazônicos*. (Seleção e coordenação de Hilton Rocha). Petrópolis, Editora Vozes; Brasília, INL, 1976. 327 p. 21 vm. (Dimensões do Brasil, v. 1).

A Editora Vozes inicia, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, a coleção “Dimensões do Brasil” com os dois primeiros volumes: o DB1 — *Um Paraíso Perdido*, e o DB2 — *Crônica do Brasil Colonial* de João Francisco Lisboa, seguidos em breve do DB3 — *A escravidão no Brasil*, de Perdígão Malheiro.

Sob a direção editorial de Hilton Rocha, a presente coleção tem por objetivo, através da divulgação de textos clássicos de nossa formação histórica “assegurar o lastro cultural de que os moços de hoje precisam dispor para que não se percam em divagações futuroológicas, perigosas, inclusive, à segurança ética e política da Nação”. (pág. 18). Daí as mais diversas obras

desta Nova Brasileira, definindo a multiplicidade de aspectos que nos distinguem no panorama universal em épocas diferentes. "As Dimensões do Brasil não estarão confinadas a uma só época, a um só período ou a um só aspecto da nossa formação nacional. Elas pretendem reunir as partes que se penetram e se completam e não podem ser dissociadas ou isoladas no âmbito dos acontecimentos, idéias e aspirações isolados. E assim interligadas e interfundidas poderão nos ajudar a encontrar o que sociologicamente falando seria o caminho da História". (pág. 39).

A Editora Vozes em boa hora fez a escolha sobre a Amazônia, ao lançar o primeiro volume da coleção. A Amazônia é ainda objeto de pesquisas e de decisões de cunho nacional. Nestas páginas, Euclides da Cunha "faz geografia, faz história, faz interpretação e análise sociológica da sociedade amazônica que conheceu..." (pág. 50).

O livro compõe-se de longa Introdução, onde, além da Apresentação da Coleção (A.C. Ferreira Reis e H. Rocha), vários aspectos da vida e obra de Euclides da Cunha são tratados. Os textos do A. são divididos em três partes: 1). — Amazônia: terra sem história; 2). — O rio Purús e outros estudos; 3.) — Cartas da Amazônia.

Na primeira parte, em "Impressões Gerais", a Amazônia é descrita a *vol d'oiseau*, onde o rio é o centro da atenção numa visão geográfica. Descreve o Autor a seguir o Purús em seus 3.210km de extensão. Assume uma posição crítica quanto aos nordestinos enviados ao Acre por ocasião das secas de 1879-1880, 1889-90 e 1900/01. A migração forçada equivalia a expatriar dentro da própria pátria. A chamada insalubridade não mais é senão "uma apuramento, a eliminação generalizada dos incompetentes. Ao cabo, verifica-se algumas vezes que não é o clima que é mau, é o homem" (pág. 131). A nova sociedade dos caucheiros — aventureiros sertanistas que batiam atrevidamente aqueles rincões ignorados — é uma página memorável do autor. É o retrato de nossos seringueiros transposto para os cortadores de caucho vindos do Perú, transpondo os Andes, a procura do ouro negro. A festa do Sábado de Aleluia mostra um traço folclórico da cultura dos seringueiros do Alto Perú, como desafogo de seus dias tristes. Sob o título de "Brasileiros" encontramos o texto publicado em 1907 no *Jornal do Comércio*, tratando do problema de brasileiros explorando o comércio com os peruanos em território peruano. A "Transaccreana" é o texto seguinte com a descrição da região entre o Purús e o Jurúa, numa apologia da estrada de ferro Madeira-Mamoré, considerada como "a arte de fazer um dolar ganhar o maior juro possível" (pág. 131). Os textos seguintes encerram esta parte do livro com a mesma descrição real da paisagem amazônica e do elemento humano. As observações geográficas são secundadas pelas opiniões de naturalistas que percorreram esta região em período anterior a permanência de E. Cunha nesta *hylae* portentosa.

A segunda parte compreende uma série de estudos sobre o Rio Purús, em diversos aspectos: afluentes, correntes e distâncias, clima, região e po-

voados, cabeceiras, varadouros, navegabilidade, seringais e interessante texto sobre as fronteiras entre Perú e Brasil.

Finalizando, encontramos na terceira parte vinte e seis cartas escritas pelo Autor em 1904 e 1905 da Amazônia.

Possa a presente coleção divulgar os textos que escaparam da coleção Brasileira, reeditar alguns desta, como é o caso do DB3. Leitura necessária para o conhecimento de nossa realidade histórica passada, alicerce do presente e passo dado para o futuro.

JANUÁRIO FRANCISCO MEGALE.



GOODLAND (Robert J. A.) e IRWIN (Howard S.). — *A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?* Tradução de Regina Junqueira, revisão técnica, prefácio e notas de Mário Guimarães Ferri. São Paulo, Editora Itatiaia. Editora da Universidade de São Paulo 1975.

“Já não há dúvida, atualmente, de que as clareiras abertas na floresta as colheitas só dão bons resultados nos dois ou três primeiros anos quando então o declínio da produção e a entrada de pragas e plantas invasoras fazem com que se torne mais prático desmatar outro pedaço da floresta ... Trata-se de uma estratégia que só se torna ecologicamente válida nos lugares onde é baixa a densidade demográfica, sendo totalmente contra indicada para sustentar o vasto número de colonos oficialmente designados para a ocupação da Amazônia. Tanto a destruição das matas quanto as atividades agropecuárias estimuladas pela abertura das novas estradas pressagiam as mais desastrosas conseqüências ambientais” (p. 61).

A finalidade do presente estudo, é mostrar quão pouco conhecida é essa área imensa mas vulnerável, bem como relatar o que está sendo feito, prever que resultados isso poderá trazer para o ambiente e sugerir medidas capazes de impedir, ou pelo menos atenuar, desagradáveis e extensas conseqüências que inevitavelmente o futuro irá trazer (p. 17).

Assim, os Autores tomam como ponto de apoio para esta pesquisa sobretudo “as cinco grandes rodovias, das quais duas são transversais, isto é, seguem o rumo leste-oeste e as outras três longitudinais, ou sejam avançam aproximadamente na direção norte-sul. As duas transversais são a Transamazônica (Br. 230), que vai do Atlântico ao Perú, e a Perimetral Norte (Br. 210), que segue paralela, ao limite setentrional do Brasil e se estende do Atlântico a Colômbia. As longitudinais são — Venezuela — Acre (Br. 307) ao longo da fronteira ocidental do Brasil; Rondônia — Manaus — Roraima (Br. 174 e 319), praticamente ligando a Bolívia com a Guiana; e a Cuiabá — Santarém — Suriname (Br. 163)” (p. 20).

Referem-se a Transamazônica de modo especial mostrando suas características e finalidade básica que é estabelecer conexão com o sistema rodoviário nordestino.

Após abordarem no 1º capítulo, o “Desenvolvimento da Amazônia” (p. 31 a 43) deixam clara a idéia de que a região em questão, esteve à margem de quase todo o processo histórico que se desenvolveu no Brasil. Fornecem também uma lista de datas relativas à Amazônia, desde os precursores de Orelana, o descobridor do “Super-Rio” até aos dias atuais com a abertura de estradas. A seguir, nos capítulos subsequentes, consideram como se processa a auto-manutenção do ecossistema das florestas tropicais úmidas, os distúrbios ecológicos que poderão surgir provocados por uma ocupação desordenada e sem planejamento; enfim, procuram dar uma síntese dos recursos florísticos, faunísticos e minerais da Natureza Amazônica, explicitando sempre a idéia de que é preciso conhecer o meio amazônica para então racionalmente colonizar a Região que é um complexo ecológico e geográfico diferente; e dessa forma não cair em erros que só dilapidam a floresta e o solo.

O último capítulo, “Indústria” examina a exploração dos minerais que está sendo feita como —: ferro, alumínio, manganês e cassiterita. Ainda abordam ligeiramente a hidreletricidade e o complexo Industrial do Rio Jarí.

A obra é enriquecida por inúmeras tabelas, ampla bibliografia, vários mapas e figuras.

Alem disso, na conclusão os Autores comentam uma bibliografia sobre Ecologia Amazônica. Trazem uma contribuição aos estudos sobre o maior espaço tropical da Terra, valendo lembrar o que escreve o Prof. Mário Guimarães Ferri, no Prefácio da obra. “O presente livro representa um passo para o conhecimento da Natureza Amazônica... Nem deve ser aceito em sua totalidade, nem deve ser rejeitado liminarmente, por conter, eventualmente, certas informações menos fundamentadas” (p. 15).

ELOINA MONTEIRO.